

**PORTARIA N° 60/2025**

**Publicada em 19/11/2025 no Diário Eletrônico do TCE-PR n° 3572, p. 26.**

**Procedimento de Apuração Preliminar n° 38/2025**

**CONSIDERANDO** a Instrução de Serviço n° 71/2021, que regulamenta o Procedimento de Apuração Preliminar no âmbito do Ministério Público de Contas do Paraná;

**CONSIDERANDO** o dever do Ministério Público de Contas na promoção da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais no âmbito do controle externo da gestão pública;

**CONSIDERANDO** as informações relevantes contidas na Notícia de Fato n° 58/2025 que apontam para possível irregularidade dos atos praticados pelo Município de Nova Santa Bárbara, consistentes em possíveis irregularidades na concessão de direito real de uso de imóvel público, conforme Lei Municipal n.º 1266/2025.

**RESOLVE:**

I - Instaurar Procedimento de Apuração Preliminar – PAP n° 38/2025, no intuito de verificar a ocorrência de irregularidades na concessão de direito real de uso de imóvel público, conforme Lei Municipal n.º 1266/2025.

II - Nos termos do art. 9º, parágrafo único da Instrução de Serviço n° 71/2021, ficam os integrantes do Núcleo de Análise Técnica do Ministério Público de Contas autorizados a promover todas as diligências necessárias ao pleno esclarecimento dos fatos e à instrução do Procedimento, podendo, inclusive,

## **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ** **Gabinete da Procuradoria-Geral**

---

solicitar informações e documentos, por quaisquer meios de comunicação, resguardadas as competências exclusivas dos membros do Ministério Público de Contas para a produção de prova testemunhal e para firmar requisições.

III - Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias úteis para apresentação do relatório conclusivo sobre os fatos objeto de apuração.

Publique-se, registre-se e autue-se.

Curitiba, 17 de novembro de 2025

**GABRIEL GUY LÉGER**  
**Procurador-Geral do Ministério Público de Contas**